

ARTIGOS

Gyme Gessyka Pereira dos Santos^I

Iolanda de Oliveira^{II}

Mulheres negras na docência universitária: insurgência e transgressão

Black women in university teaching:
insurgency and transgression



RESUMO:


O presente artigo integra uma pesquisa de doutorado, já concluída. O objetivo da investigação foi realizar um mapeamento analítico das trajetórias acadêmicas das docentes ne-gras que atuam nos cursos de graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF). De modo objetivo sistematizou-se uma busca para correlacionar as dinâmicas de performances dos marcadores sociais, gênero, raça e classe, norteada pelo arcabouço teórico da interseccionalidade, considerando-se que tais categorias atuam entrecruzadas e em intensidades variáveis e distintas. Buscou-se averiguar, a forma em que tais categorias são evidenciadas nas trajetórias acadêmicas das docentes que participaram desta produção e quais as vicissitudes enfrentadas pelas mesmas. É oportuno ressaltar, que sobre a categoria classe, faz-se necessário evitar estabelecer o olhar hierarquizante que não raro a centraliza e secundariza as demais categorias. As metodologias de pesquisa utilizadas foram a qualitativa e a quantitativa. No acesso ao banco de dados referente ao quadro docente, disponibilizado pela UFF, as categorias gênero e raça informadas em cada curso, viabilizaram a análise quantitativa. Enfatizando o caráter complementar das metodologias quantitativa/qualitativa a análise das trajetórias acadêmicas das docentes negras foi viabilizada pela utilização de um questionário e a partir deste, realizou-se um confronto com o currículo lattes de cada professora. Neste estudo, apesar de apontar os avanços obtidos pelas professoras negras em uma instituição federal de ensino superior, também revelam-se as múltiplas manifestações em que o racismo, o machismo, o sexismo e o classismo operam de modo entrecruzado nas trajetórias acadêmicas das docentes que participaram desta pesquisa.


Palavras-chave: Docentes negras; Sexismo; Racismo Institucional; Transgressão; Ensino superior

ABSTRACT:

This article is part of doctoral research, which has already been completed. The objective of the investigation was to carry out an analytical mapping of the academic trajectories of black teachers who work in undergraduate courses at the Universidade Federal Fluminense (UFF). Objectively, a search was systematized to correlate the performance dynamics of social markers, gender, race and class, guided by the theoretical framework of intersectionality, considering that such categories operate intertwined and in variable and distinct intensities. We sought to investigate the way in which such categories are evident in the academic trajectories of the teachers who participated in this production and what vicissitudes they faced. It is worth highlighting that regarding the class category, it is necessary to avoid establishing a hierarchical view that often centralizes it and secondaryizes other categories. The research methodologies used were qualitative and quantitative. When accessing the teaching staff database, made available by UFF, the gender and race categories reported in each course made quantitative analysis possible. Emphasizing the complementary nature of quantitative/qualitative methodologies, the analysis of the academic trajectories of black teachers was made possible by the use of a questionnaire and from this, a comparison was made with the lattes curriculum of each teacher. In this study, despite pointing out the advances made by black teachers in a federal higher education institution, it also reveals the multiple manifestations in which racism, machismo, sexism and classism operate intertwined in the academic trajectories of teachers who participated in this research.

Keywords: Black teachers; Sexism; Institutional Racism; Transgression; University education

^I Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense; Professora do Ensino Fundamental, Petrópolis, RJ, Brasil.
gyme.aya@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0003-4838-4990>

^{II} Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo; Professora, Universidade Federal Fluminense, Petrópolis, RJ, Brasil.
iolanda.eustaquio@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0002-6314-6651>

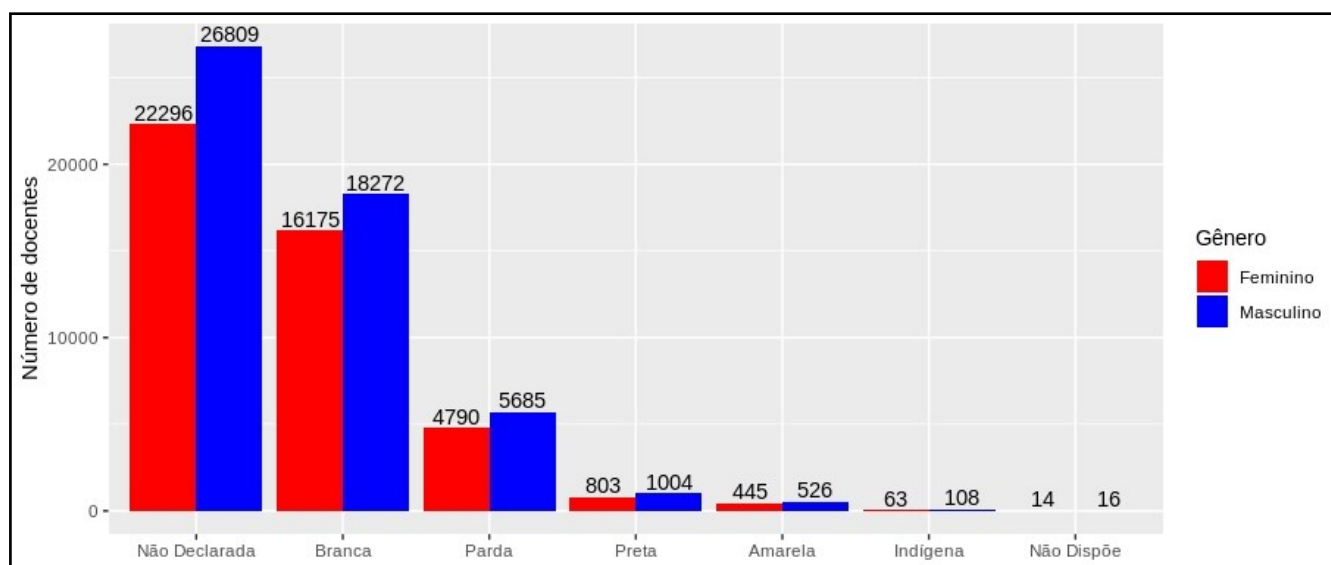
INTRODUÇÃO

PROFESSORAS NEGRAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Tendo-se inicialmente o propósito de realizar a investigação, no âmbito da Universidade Federal Fluminense, ampliou-se o estudo, fazendo também uma abordagem a nível nacional, a fim de

contextualizar os dados coletados na UFF, em particular, com as estatísticas disponíveis a nível nacional. Recorreu-se, portanto, aos dados do Censo da Educação Superior (2018), disponibilizados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES – 2018) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os quais são apresentados a seguir, evidenciando as categorias sociais gênero e cor/raça na Figura 1.

Figura 1 – Número de docentes das universidades federais por gênero e cor/raça



Fonte: Censo da Educação Superior – SINAES 2018 – INEP.

Destaca-se como primeiro aspecto do gráfico apresentado, por motivo do seu elevado percentual, o número de não declarados. Verifica-se que, tanto o grupo masculino, quanto o feminino que não declaram a sua identidade racial, superam quantitativamente os demais grupos em sua totalidade, ainda que mantendo percentuais que se aproximam de 50% entre não declarados e auto

declarados. Ignora-se portanto, a identidade racial de aproximadamente 50% dos docentes que atuam no ensino superior das universidades federais, sendo esta uma situação cujas causas deverão ser investigadas com a máxima urgência por motivo dos significativos avanços das políticas públicas para a promoção da igualdade racial, a despeito das conquistas que ainda se fazem necessárias pa-

ra que a igualdade racial se estabeleça no âmbito da sociedade brasileira.

Na análise destes mesmos dados cabe a inferência de que as *não respostas* sobre o quesito cor/raça podem ter como fator determinante, a irrelevância da questão para os não respondentes, motivo este que, se confirmado, compromete seriamente a implementação das políticas de ações afirmativas em curso no interior das universidades federais. Acrescenta-se que não é descartada a possibilidade da existência de outros fatores, talvez subjetivos, que impedem os docentes de se identificarem racialmente. Sendo o currículo ministrado, um instrumento que possibilita a transformação e ou a permanência do estabelecido, é pertinente questionar se o silenciamento constatado isto é a não declaração é um comportamento agenciado e manipulado pela cultura institucional acadêmica oferecida, a tais docentes, historicamente organizada a partir da matriz eurocentrada.

Outra plausível inferência acerca dos não declarados é pensar a possível presença docente negra neste grupo, em que a não declaração indica pistas da presença conflitante do ideal de brancura (SOUZA, 1983).

Diante do exposto anteriormente, ainda que seja um processo inconsciente, a negação do pertencimento racial pode ser um mecanismo com vistas a garantir a autoafirmação tanto acadêmica, quanto social. Além disso, é oportuno, juntamen-

te ao processo de dupla negação, a relação desta com o conceito de *negridade*. Trata-se de uma terminologia utilizada pelo movimento negro que reivindicava a integração do negro à sociedade branca, lançando mão, neste processo, da negação de sua ancestralidade, a partir da assimilação do comportamento imposto pelos brancos.

Assim, *negridade* faz menção ao mecanismo comportamental de assemelhar-se ao branco para se obter aprovação entre brancos (PIZA, 2005). Deste modo, é possível inferir *negridade* como um fator determinante para os possíveis não declarados negros que *a priori* reconhecem a própria pertença racial, mas dispõem-se a “negociar” a negação do pertencimento tendo em vista o embranquecimento ou que tendo o seu psiquismo afetado pelo racismo, negam o seu pertencimento racial.

Inferindo-se também que, entre os não declarados, provavelmente há um expressivo número de docentes brancos, retoma-se a suposição de que, a despeito da importância deste dado para a realização de políticas públicas para a promoção da igualdade, muitos profissionais, ainda não assumiram este compromisso, banalizando a importância do dado solicitado.

Acrescenta-se ainda, a possibilidade de que o elevado número de não declarados, poderá também ser decorrente dos procedimentos de coleta de dados, sendo esta mais uma questão a ser in-

vestigada e alterada se for o caso.

Após as inferências ao quantitativo não declarado, parte-se para a análise dos declarados. O primeiro aspecto trata da predominância do grupo racial branco, ainda que o gênero masculino sobreponha-se em números ao gênero feminino: 18.272 professores brancos e 16.175 professoras brancas. Ao equiparar as informações quantitativas entre docentes brancas e negras do ensino superior das universidades federais do Brasil, temos: 16.175 docentes brancas e 803 docentes negras.

O abismo quantitativo é revelador, embora simultaneamente remeta à realidade dos elementos quantitativos disponibilizados pela COSEAC-UFF, os quais evidenciam que de 4.647 professores que atuam nos cursos de graduação da UFF, 369 são negras e 1.807 são brancas. Outro aspecto observado que se considera oportunamente relevante sublinhar, referente aos dados do Censo da Educação Superior (2018), diz respeito ao conjunto dos não declarados: 22.296 professoras. Comparando ao Censo da Educação Superior (2018), na UFF, 2.394 professoras, em um universo de 4.647, não se declararam. Ainda que as informações quantitativas sejam diferentes, por tratar-se de um mapeamento macro, o SINAES, e um mapeamento micro, a UFF, a representação hegemônica de uma soberania masculina e branca compoendo o corpo acadêmico universitário revela a sistêmica manutenção de uma estrutura social que tem em seu

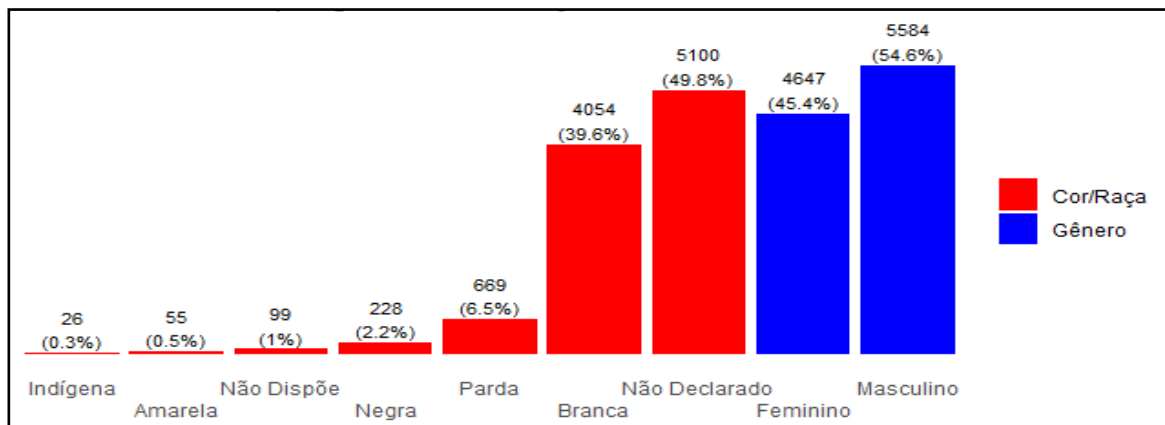
amálgama as condições desiguais, o racismo, o sexismo, o machismo, o classismo, dentre outras categorias de opressão, que operam como agenciadoras.

PROFESSORAS NEGRAS NA UFF

Nesta parte, apresentam-se dados quantitativos da docência negra universitária feminina sob o subsídio estatístico, ou base de dados, disponibilizado pela Coordenação de Seleção Acadêmica da Universidade Federal Fluminense (COSEAC-UFF). Esta fonte, apresentou relevantes contribuições que subsidiam o percurso desta produção, especificamente no que se refere às trajetórias acadêmicas e profissionais das docentes negras da UFF na Figura 2.

Nos dados disponibilizados pela COSEAC o termo *sexo* foi utilizado para designar os *gêneros* masculino e feminino. Cabe destacar que a denominação *gênero* não é meramente um substituto do *sexo* masculino e feminino, *gênero* consiste em uma categoria teórica que abrange uma gama de atribuições, simbologias e sentidos que cada sociedade fundamenta para especificar e diferenciar cada um dos *sexos*. As distinções biológicas entre homens e mulheres, ou seja, os papéis sociais atribuídos a cada um são assimilados e subjetivados de acordo com os ditames de *gênero* de cada sociedade. Assim, enquanto o termo *sexo* biologiza,

Figura 2 – Docentes da UFF por gênero e cor/raça



Fonte: COSEAC-UFF (2018)

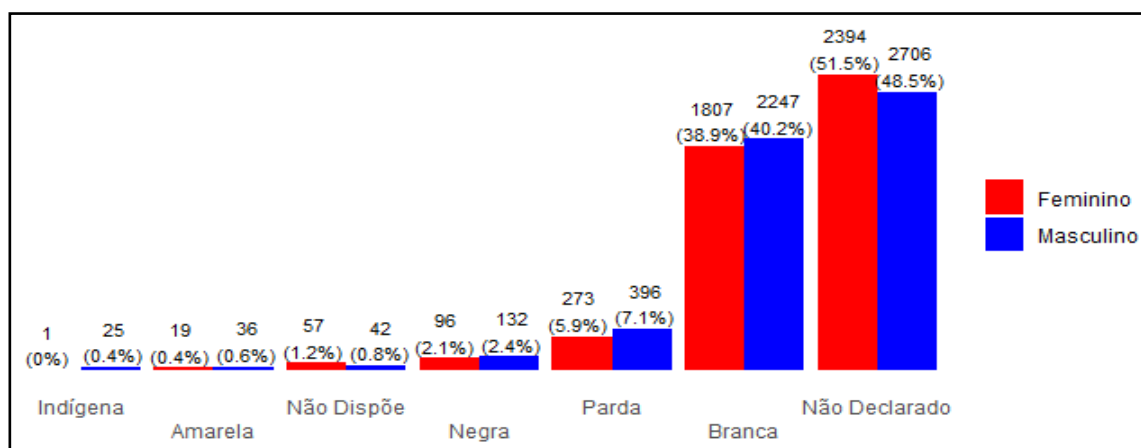
opreme e delimita, a nomenclatura *gênero* permite, enquanto categoria, ampliar a análise das construções sociais designadas a cada *gênero*; mediante o exposto anterior, justifica-se a substituição de *sexo* por *gênero*, em todos os dados analisados nesta parte, assim como na pesquisa realizada em sua totalidade. Considera-se, portanto, legítimo estabelecer uma analogia entre as possíveis causas das não respostas a nível nacional entre as universidades federais e a nível particular na UFF.

Observando os dados, evidencia-se que os

percentuais de não declarados na UFF, são equiparáveis aos dados das universidades federais em sua totalidade correspondendo a aproximadamente 50% do total de docentes. Torna-se importante atentar para o equívoco cometido no banco de dados da UFF que apresenta negro(no lugar de preto) e pardo, como se fossem duas categorias independentes, em dissonância com a oficial classificação do IBGE, através da qual a categoria negros incorpora pretos e pardos, conforme Figura 3.

É possível verificar, quanto ao contingente

Figura 3 – Docentes da UFF em cada gênero por cor/raça



Fonte: COSEAC-UFF (2018)

feminino, ainda que este não esteja quantitativamente equiparado ao masculino, ainda assim, cabe inferir que, para o campo acadêmico, a presença feminina não está subrepresentada. Ao efetuar uma análise em uma perspectiva incipiente, sem a pertinente menção ao conceito de interseccionalidade sobre as categorias de gênero e raça, é possível considerar uma tímida equiparação entre o quantitativo do segmento étnico branco, ou seja, entre professoras, 1.807, e professores, 2.247, autodeclarados brancos, que compõem o corpo docente dos cursos de graduação da UFF.

Assim, ao empreender uma análise desprovida do conceito de interseccionalidade, a forma visivelmente e quantitativamente equilibrada em que se dispõe o referido quadro docente, a partir da análise preliminar, ou seja, embasada na distribuição por gênero, como apresentado no gráfico anteriormente, encobre a desigualdade racial presente em caráter eminentemente estruturado no quadro docente dos cursos de graduação da UFF.

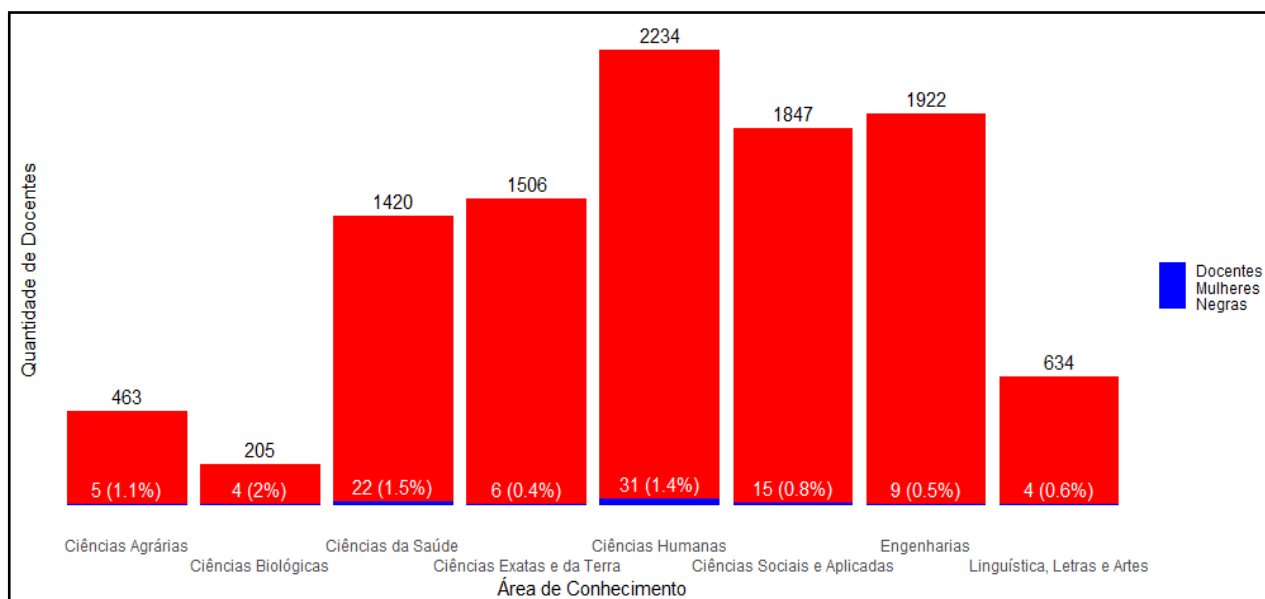
Deste modo, a sofisticada camuflagem que vai justamente promover uma equiparação quantitativa e visivelmente proporcional, sugerindo inclusive uma aproximação quantitativa de gênero, quando não é submetida à luz da análise do conceito de interseccionalidade, ou seja, se marcadores sociais como raça, gênero e classe não norteiam, não subsidiam, isso corrobora para que a análise seja apresentada como lacunar. Ou, ainda, ao

limitar a análise somente ao gênero, ainda que seja uma categoria com propostas plurais para o estudo, contudo, esta mesma categoria entrelaçada, interseccionada a outros marcadores sociais, potencialmente, pode desencadear outros vieses analíticos.

Assim, um criterioso e comprometido aprofundamento acerca da operacionalidade das categorias de gênero, raça e classe no corpo docente dos cursos de graduação da UFF, indiscutivelmente, poderia revelar as possíveis assimetrias sociais de gênero, raça e classe. Para isso, considero pertinente e oportuna a reflexão produzida por Collins (2019), ao afirmar que categorias sociais como gênero, raça e classe atuam juntas na elaboração de desigualdades sociais, o que torna imprescindível a análise da atuação conjunta destes três marcadores sociais, dentre outros, que, de acordo com as necessidades específicas, poderão emergir na pesquisa.

Com base neste pressuposto, reitero a importância atribuída ao conceito de interseccionalidade, ao considerarmos a significativa capacidade deste de subscrever uma perspectiva crítica e investigar os fenômenos sociais, sobretudo no que se refere ao modo estrutural como a sociedade é organizada e as ferramentas de poder que regem esta mesma estrutura, ancoradas também nos marcadores sociais de gênero, raça e classe, Figura 4.

Figura 4 – Quantidade de docentes da UFF por área de conhecimento



Fonte: COSEAC-UFF (2018).

Ao analisarmos os dados do gráfico acima, referentes ao quantitativo da presença feminina negra na docência da UFF, por área do conhecimento, foi possível constatar que são as Ciências Humanas que concentram o percentual mais expressivo, com 31 professoras negras; em seguida, é possível verificar 22 nas Ciências da Saúde; 15 nas Ciências Sociais e Aplicadas; 9 nas Engenharias, 6 nas Ciências Exatas e da Terra; 5 nas Ciências Agrárias; 4 em Linguística, Letras e Artes e 4 nas Ciências Biológicas.

Foi possível ainda adentrar para além das áreas conhecimento e investigar a presença docente feminina negra por curso, o que revelou aspectos mais específicos que as áreas do conhecimento, por tratarem de dados mais abrangentes, não revelaram.

Ainda que o percentual mais expressivo de

professoras negras seja nas Ciências Humanas, este dado confrontado com os cursos considerados de prestígio, também revelou as ausências ou as limitadas presenças das docentes em estudo. No curso de direito, composto por 131 docentes, não estão presentes docentes negras. Os cursos de engenharia concentram 1.922 professores, com apenas 9 professoras negras. Já a medicina, constituída por 376 professores, destes, 5, são mulheres negras.

Mesmo em determinados cursos que integram as Ciências Humanas, área que, de acordo com o gráfico anterior, concentra mais docentes negras, de modo antagônico, professoras negras são presença mínima. Esta afirmativa pode ser verificada no curso de história, 4 professoras negras em um universo de 294 docentes, no curso de letras, 2 em 204; no curso de pedagogia, 2 em 207; e

no serviço social, 8 em 188 docentes.

Para a conclusão desta parte, retomo os primeiros dados apresentados: de 4.647 professores que atuam nos cursos de graduação da UFF, 369 são negras e 1.807 são brancas. Racismo e sexismo operam e garantem a manutenção da estrutura social desigual. Cabe também salientar que o racismo institucional produz desigualdades, alinhado ao sexismo e ao classismo, que podem ser considerados sexismo institucional e classismo institucional. São 369 mulheres atravessadas, sob as próprias peculiaridades, pelas categorias de gênero, raça e classe. Infere-se que o fator classe é um dos condicionantes da reduzida presença negra na universidade, aliado paralelamente aos fatores raça e gênero, por motivo da elevada eliminação de negros na Educação Básica principalmente, que impedem elevado percentual da população negra de atender às exigências para participar dos processos de seleção a fim de exercer a docência no ensino superior.

Entende-se que a classe, aliada ao fator raça é um fator remoto que interfere na reduzida presença de negros exercendo a docência no ensino superior, ao passo que no momento que ingressam na universidade na qualidade de professoras, o fator classe, ainda que tendo seus efeitos na vida destas mulheres, torna-se menos visível porque as mesmas pertencem a mesma categoria profissional que os demais docentes com salários idênticos,

restando portanto as diferenças raciais e de gênero que provavelmente, entrecruzadas, provocam as possíveis situações de discriminação que são evidenciadas em respostas das participantes ao questionário aplicado.

As categorias sociais de gênero, raça e classe podem até apresentar variações a depender do contexto específico em que se encontra a mulher negra, contudo, estes marcadores mantêm uma aliança conjunta na produção de desigualdades. Para a mulher negra, o entrelaçamento dos marcadores sociais sempre se fará presente, por ser esta, além de *mulher*, também, *negra*.

DADOS PESSOAIS EM CONFRONTO

Evidenciando os dados coletados através do recurso a aplicação de questionários, decidiu-se recorrer também aos respectivos currículos lattes das cinco professoras participantes da pesquisa.

O reduzido número de professoras que responderam ao questionário foi uma decorrência das dificuldades de acesso aos contatos das profissionais no interior da UFF por motivo das condições impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) que dificulta o acesso a tais dados disponibilizados na instituição pelos profissionais. Por outro lado, sendo a pesquisa realizada em períodos em que os contatos pessoais não eram permitidos para evitar contaminações, impedindo a realização

de entrevistas, recorreu-se em caráter complementar à utilização de questionários, aos respectivos currículos Lattes das participantes da pesquisa.

Primeiramente, apresentam-se nesta parte os dados que resultaram da análise dos questionários aplicados, intercalados aos currículos Lattes das professoras que responderam ao mencionado recurso da pesquisa; cabe ressaltar que a mesma objetivou o acesso direto ao quadro docente negro feminino de todos os cursos de graduação da UFF, porém, posteriormente, verificou-se a impossibilidade de utilizar este recurso, em decorrência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que dificulta o acesso a determinados dados dos profissionais da instituição.

Contudo, teve-se acesso ao contato de 8 professoras autodeclaradas negras (pretas/ pardas) em 2018, das quais cinco responderam ao questionário utilizado na investigação realizada.

O processo de produção de conhecimentos a partir das trajetórias docentes contou com dois subsídios: os questionários respondidos e a busca e análise do currículo Lattes das respondentes. Preservando as respectivas identidades, as mesmas são aqui denominadas pelas letras **A**, **B**, **C**, **D** e **E**.

No que corresponde à investigação dos questionários, elaborou-se categorias de análise a partir da estrutura conceitual da interseccionalidade, (Collins,2017); assim, as categorias organizadas

para o processo de análise dos questionários são apresentadas, a seguir, sob a perspectiva do entrelaçamento.

As categorias de análise dos questionários que constituem a feitura do entrelaçamento são: *autodeclaração racial; fator impulsionante para o ingresso na pós-graduação; níveis de escolaridade materna e paterna; relatos de discriminação oriundos da ocupação do cargo de docente - a autopercepção do corpo negro feminino inscrito no âmbito docente; trajetória educacional: rede pública ou privada; maternagem; intervalo no percurso acadêmico entre o mestrado e o doutorado; e bolsista na graduação mestrado e/ou doutorado*. Cabe novamente reiterar que estas categorias estão sob entrelaçamento, confluem-se. Logo, propõe-se uma análise ancorada sob a perspectiva do indissociável.

Com relação ao currículo Lattes, para subsidiar e orientar este processo, utilizou-se quatro categorias já presentes na plataforma Lattes: *artigos completos publicados em periódicos; livros publicados/organizados ou edições; capítulos de livros publicados e outras publicações bibliográficas*. Dentro destas categorias, concentrou-se a busca fundamentada nos marcadores sociais que, *a priori*, orientam esta pesquisa: gênero, raça e classe.

A começar pela categoria *autodeclaração racial*, das cinco docentes, duas autodeclararam-se pardas e três autodeclararam-se pretas, o que evi-

dência o ideal de branqueamento, posto na sociedade, provocando a predominância dos percentuais de pardos, como resultado da proposta brasileira para fazer desaparecer as populações negra e indígena (SEYFERTH, 2016; PENA, 2004).

Com relação ao marcador *fator impulsivo para o ingresso na pós-graduação*, foi possível conjecturar duas possibilidades expressas pelas participantes da pesquisa. O primeiro fator impulsivo é a identificação com o território da pesquisa como um possível lugar de identidade e continuidade de uma relação estabelecida com a universidade, o desejo de fazer da pesquisa uma atividade laboral. Esta identificação é expressa pela docente **A**: “Grupo de pesquisa do qual integrava”. Na consulta ao currículo Lattes da docente **A** foi possível verificar que, quanto aos *artigos completos publicados em periódicos*, as temáticas recorrentes são: identidades raciais; relações raciais; diversidade étnico-racial; ações afirmativas; feminismo negro; gênero; interseccionalidade e mobilizações negras. Quanto aos *livros publicados/organizados ou edições*, destacam-se: feminismo afro-latino-americano e estudo sobre Lélia González. Na categoria *capítulos de livros publicados*, a docente debruça-se sobre os tópicos: feminismos; feminismo negro; interseccionalidade; diversidade; movimentos sociais e gênero e raça. Já em *outras publicações bibliográficas*, foi possível observar as seguintes discussões: desigualdades raciais

no magistério superior; estudantes e professores negros/os nas universidades e cotas nas universidades públicas.

Ou seja, é possível conjecturar, com base na produção apresentada no currículo Lattes da docente **A**, que a produção acadêmica desta percorre os marcadores sociais interseccionais de gênero, raça e classe.

A docente **C** também responde a partir deste mesmo fator impulsivo pela identificação com a área da pesquisa: “Sempre tive interesse pela pesquisa”. Com relação aos seus artigos completos publicados em periódicos, foi localizado apenas um referente ao movimento negro. Para as demais categorias: *livros publicados/organizados ou edições; capítulos de livros publicados; outras publicações bibliográficas*, não constam publicações com abordagens que centralizem as categorias sociais de gênero, raça e classe. A docente **E** também expressa esta mesma identificação com o campo da investigação acadêmica: “Desejo de seguir a vida acadêmica, trabalhando em pesquisa”. Em sua produção acadêmica, com base nas categorias aqui consideradas, não foram localizadas abordagens dos marcadores sociais de gênero, raça e classe.

O segundo fator impulsivo para o ingresso na pós-graduação elucidada o desejo de uma mobilidade social e a partir deste, o acesso a recursos materiais viabilizados pelo aumento do poder

aquisitivo, como especifica a docente **B**: “*A vontade de me especializar, qualificar e com isso me colocar apta a ocupar cargos com maior remuneração*”. Ao examinar o currículo Lattes da docente **B**, efetuou-se o seguinte mapeamento, no que se referem aos *artigos completos publicados em periódicos*: equidade racial na educação ambiental; cinema e consciência; a química nos cabelos: relatos de experiência. Em relação aos *livros publicados/organizados ou edições*, não constam produções com abordagens que privilegiem as categorias sociais de gênero, raça e classe; *capítulos de livros publicados*: formação docente na Química. Na categoria *outras publicações bibliográficas*: mulheres na ciência. Deste modo, foi possível considerar que a docente **B** aborda questões de gênero e raça, ainda que em caráter reduzido, se comparada a docente **A**.

Há ainda o fator exigência institucional, de acordo com a docente **D**: “*Foi uma necessidade do Departamento que exigia que todos os seus professores tivessem doutorado*”. Ao buscar no currículo Lattes da docente **D**, **somente na categoria outras publicações bibliográficas**, localizou-se produções que enunciam a abordagem dos marcadores sociais de raça e classe, sob o título: “Comunidade; ocupação informal; saúde da população e comunidade vulnerável”.

Evidencia-se entre as participantes da pesquisa, a satisfação e realização profissional. A

professora **A** destaca inclusive um aspecto da experiência docente, que é o identitário étnico-racial com as/os discentes negras/os e com as temáticas que os alunos se identificam na matriz curricular acadêmica:

“A experiência tem sido de bastante trabalho mas muito gratificante, seja com os colegas do departamento, seja com os discentes. Com os discentes, vivi a grata surpresa de saber que eles desejavam muito ter professores negros e ainda mais professores que estudassem temas do interesse de pesquisa deles”. (relato da docente **A**).

Quanto aos *níveis de escolaridade materna e paterno*, o ensino fundamental prepondera, enquanto o ensino superior foi acessado apenas pela mãe da docente **D**, e pelo pai da docente **E**, ainda que este tenha sido incompleto.

Assim, a recuperação sintetizada dos dados disponibilizados a nível nacional, permite detectar que a ascensão intelectual das docentes, em face ao baixo nível de escolaridade dos seus pais, advém do esforço individual atrelado a um projeto de vida orientado pela ruptura e descontinuidade, marcado pelo acesso a níveis educacionais mais elevados nas trajetórias de mobilidade vertical ascendente das docentes (SOUZA, 1983).

Quanto à categoria *bolsista na graduação mestrado e/ou doutorado*, as docentes **A** e **E** foram bolsistas da graduação ao doutorado, **B** e **C** foram

bolsistas somente no mestrado e **D** foi bolsista no mestrado e na especialização. Sendo todas filhas de pais com baixa escolaridade, provavelmente, suas condições econômicas exigiram bolsas para a sua permanência, o que, em geral, não ocorreu em todos os percursos.

Foi possível, ainda, constatar que, dentre as análises dos currículos Lattes das cinco docentes, as professoras **A** e **B** revelaram por meio de suas produções teóricas um envolvimento direto com as categorias sociais gênero, raça e classe. Quanto às docentes **C**, **D**, e **E**, ainda que a docente **D** apresente registros no item, *outras publicações bibliográficas*, e a docente **C** tenha um registro no item, *artigos completos publicados em periódicos*, estas produções não revelam expressivamente um envolvimento com os marcadores sociais de gênero, raça e classe, como prevalentes em suas pesquisas.

Cabe ainda destacar que todas as docentes ocupam, estão ocupando ou já ocuparam cargos de chefia ou coordenação, porém a ocupação destes cargos de poder implica sobrecarga no trabalho, fator este que pode incidir na ausência de estímulo para ocupar cargos de chefia, embora as experiências tenham sido marcadas pelo crescimento profissional e pelo aprendizado.

No tópico, *relatos de discriminação oriundos da ocupação do cargo de docente - a auto percepção do corpo negro feminino inscrito no âmbito*

docente, as professoras **A** e **B** apresentam relatos detalhados da discriminação mediante a ocupação do cargo de docente:

...quando me tornei professora, sou frequentemente confundida com estudante, e muitas vezes não sou percebida como professora. No primeiro dia de minha entrada na reunião departamental, uma professora – que seria minha colega de departamento – me perguntou se eu era representante discente. Noutra ocasião, uma estudante disse que eu não parecia com professora. Outra situação ainda, uma funcionária disse que eu não tinha cara de professora da UFF Sinto que os estudantes ficam muito felizes por verem pessoas como eles enquanto docentes.” (relato da docente **A**).

...mas vejo o olhar de surpresa quando sou apresentada, principalmente a calouros como professora. Ou quando o guarda que não é do meu campus me pede a carteirinha de identificação para entrar de carro quando digo que sou professora. É dever dele, mas sei que não fazem isso com todo mundo..... Há departamentos inteiros sem que haja um professor negro. Isso não pode ser considerado natural, como muitos tentam dizer. , mas poucos os que se revelam ou se dispõem a debater o assunto. (relato da docente **B**).

Para analisar os relatos das cinco docentes que responderam ao questionário, apresentados nesta seção, acrescentou-se algumas conside-

rações teóricas, a fim de provocar reflexões e debates entre os relatos das professoras e alguns conceitos.

Ao estruturar uma análise crítica ao *mito da democracia racial* e os seus desdobramentos, Hasenbalg (1982) delinea algumas das repercussões oriundas da abordagem de Freyre (2003) sobre as relações raciais no Brasil:

(...) o papel da raça na geração de desigualdades sociais é negado, noutra o preconceito (racial) é reduzido a um fenômeno de classe e, por último, a discriminação racial constitui um resíduo cultural do já distante passado escravista. Nenhuma destas perspectivas considera seriamente a possibilidade da coexistência entre racismo, industrialização e desenvolvimento capitalista (HASENBALG, 1982, p. 88).

Deste modo, o que Hasenbalg (1982, p. 87) denomina de *racismo à brasileira* é justamente a estruturação do racismo camuflado, que migra do sistema colonial para o sistema capitalista, sem que ocorra necessariamente a perda da característica nevrálgica de espoliação e segregação do negro. É inegável a presença operante do *racismo à brasileira* nos relatos das professoras A e B, apresentados anteriormente, acerca da discriminação oriunda da ocupação do cargo de docente. Deste modo, o processo de estruturação do racismo à brasileira viabiliza a continuidade das desigualdades sociais e, portanto, a manutenção do *status*

quo do segmento populacional branco brasileiro.

Ainda sobre o racismo à brasileira, Hasenbalg (1982, pp. 87-88) destaca outro aspecto deste comportamento enraizado no imaginário social:

(...) O reconhecimento de que o racismo à brasileira pode ser mais do que um fenômeno transitório se encontra apenas em algumas passagens isoladas onde se contempla a possibilidade de uma solidificação do paralelismo entre raça e posição na estrutura social (...).

Mais do que uma característica presente nas relações interpessoais entre negros e brancos, o *racismo à brasileira* denuncia intencionalidades impregnadas do ideal de superioridade branca, além de reforçar e reproduzir o mito da democracia racial: reprodução de práticas pautadas em discriminação racial, camufladas pelo *slogan* de país da diversidade. Entretanto, esta mesma reprodução de práticas deixa subentendido que a raça pode, em muitas situações, designar a classe, o que é possível verificar no relato da professora A: “Quando me tornei professora, sou frequentemente confundida com estudante, e muitas vezes não sou percebida como professora”.

Assim como o relato da docente B:

(...)Mas vejo o olhar de surpresa quando sou apresentada, principalmente a calouros como professora. Ou quando o guarda que não é do meu campus me pede a carteirinha de identifi-

cação para entrar de carro quando digo que sou professora.”

Retomando a análise da expressão de Hasenbalg (1982, p. 87), *racismo à brasileira*, observa-se, a partir desta, que uma série de fatores são convocados a expor as nuances deste comportamento cultural entranhado visceralmente, e que se manifesta de forma, não raro, velada e, às vezes, silenciosa, silêncio este agenciado, sobretudo, pelo mito da democracia racial.

Hofbauer (2010) aponta a sutil perspicácia do modo como o mito da democracia racial é amplamente difundido. O autor reitera o quanto a intencionalidade na utilização do termo “mito” obstaculiza a construção de um posicionamento crítico e reflexivo, o que simultaneamente corrobora para a manutenção do racismo estrutural e institucional:

(...) mesmo que o mito da “democracia racial” não corresponda à realidade, este mito – por si só – constitui um ideal, um valor social para a maioria da população brasileira (...) não adianta, não basta “desmascarar” a “democracia racial” como uma “falsa ideologia”, como teria feito Florestan Fernandes e seus seguidores. É preciso “levar os mitos” a sério para entender porque as pessoas evitam explicitar o conflito e preferem – em vez de criar “identidades fechadas” - “negociar” constantemente suas identidades. (HOFBAUER, 2010, p. 57).

A segregação racial sob uma égide negacionista e algumas vezes velada, o perverso sustentáculo da democracia racial, atrelados à ideologia de branqueamento, viabilizaram um sucessivo desencorajamento à interdependência do negro, que compreendia – e muitos ainda compreendem – sua matriz racial como referencial essencialmente negativo, matriz da qual se deveria evadir para efetuar, em caráter individual, as possibilidades de estratificação social, ao que Souza (1983, p. 22) denomina como “mobilidade vertical ascendente”. A modalidade individual desta mesma mobilidade converge com os discursos da democracia racial, e atribui destaque ao protagonismo individual enquanto a principal via para efetivar o projeto de mobilidade social. Deste modo, os mais variados obstáculos impostos ao alcance da elevação social do negro, paradoxalmente, o segregaram, tanto no que se refere à condição de sujeito, quanto de integrante de sua comunidade racial.

Outro conceito apresentado por Hofbauer (2010, p. 54) que indubitavelmente viabiliza o desmascaramento do mito da democracia racial, ou ainda, como o mesmo denomina, “*falsa ideologia*”, é o de “*emblemas de diferença*”. Hofbauer (2010) utiliza esta expressão para evidenciar a necessidade dos grupos raciais acentuarem o que os diferencia, de fato, entre um grupo e outro, seja a linguagem, a vestimenta ou a cor da pele.

Para compreendermos o conceito de

“*emblemas de diferença*”, podemos destacar dentre os elementos que compõem a estética negra o cabelo. Quando a mulher negra submete-se a procedimentos estéticos para alisar os cabelos, está “adequando-se” ao padrão racial branco e, portanto, subvertendo e transformando os seus “*emblemas de diferença*”: responsáveis por caracterizar a sua origem racial, não somente no que diz respeito à estética, mas um traço genético, que, por conseguinte, caracteriza a diáspora afro-brasileira.

Paralelamente ao que Hofbauer (2010, p. 57) caracteriza como “*falsa ideologia*”, González (1984, p. 232) irá denominar de “*neurose cultural brasileira*”: dialética entre consciência histórica e memória, em que ocorre a negação do comportamento racista ao mesmo tempo em que o mesmo se mantém como prática cotidiana.

Consequentemente, para as pessoas que são submetidas às práticas racistas, o sentimento de não pertencimento, sentimento de exclusão promovido pelo ideal de branqueamento é refletido no processo de autonegação da identidade, neste caso, autonegação da identidade negra por meio das tentativas de ruptura estética. Cabe destacar que, em relação às professoras que responderam ao questionário para esta pesquisa, a consciência racial apresenta-se veementemente nos relatos e interfere diretamente no processo de tomada de consciência acerca das discriminações

oriundas da ocupação do cargo de docente.

Ainda que as identidades negras sejam compreendidas por uma perspectiva mais voltada para a estética, outros elementos compõem de forma significativa esta discussão, estes também de caráter externo.

Em enfrentamento e desarticulação do *racismo à brasileira*, Munanga (2009, p. 41) sugere o movimento de revisita histórica de forma crítica, pertinente e complementar quando realça a importância da consciência histórica e denuncia os efeitos da colonização sobre o negro:

Nas condições contemporâneas da colonização (...) Tudo leva a crer que ela foi apenas um mito, pois o caminho da desumanização do negro escolhido pelo colonizador não poderia integrá-lo. Pelo contrário, criou sua desestabilidade cultural, moral e psíquica, deixando-o sem raízes, para melhor dominá-lo e explorá-lo.

Em detrimento de uma das categorias de análise dos questionários tratar-se da *autodeclaração racial*, cabe mencionar que o termo racial é oriundo do conceito de raça. A perspectiva de Munanga (2009, p. 4) sobre raça, apresenta-se da seguinte forma:

(...) se cientificamente a realidade da raça é contestada, política e ideologicamente esse conceito é muito significativo, pois funciona como uma categoria de dominação e exclusão

nas sociedades multirraciais contemporâneas observáveis (...). (MUNANGA, 2009, p. 4).

Sob outra perspectiva, seguindo a esfera de análise conceitual do termo raça, com base no prisma sociológico, Munanga (2009) argumenta que o vocábulo raça designa: “(...) uma forma de identidade social do povo negro, desde que concebido sociologicamente e em contraponto a noção errônea de raça biológica, que fundamenta as práticas de discriminação (...)”.

É imprescindível destacar que apenas a docente **A** apresenta o relato da abordagem discriminatória direta, quando enfatiza as falas direcionadas especificamente a sua pessoa. Quando analiso as respostas das professoras **C**, **D** e **E**, verifico a necessidade de preservar os detalhes e o esmiuçamento das situações de discriminação, ou seja, apresentar somente a denúncia da afirmativa pontual da existência de discriminação, originária da ocupação do cargo de docente, mas, de certo modo, preservar a instituição e os “pares”. Contudo, cabe considerar que os relatos das docentes **C**, **D** e **E** simbolizam o enfrentamento e a resignação diante das discriminações oriundas da ocupação do cargo de docente:

“Creio que sim. Mas nunca fiquei imobilizada em relação a isso. Segui sempre em frente. Para mim é essencial que negros e outros grupos discriminados tenham oportunidades de

realizar seus sonhos, seus objetivos, que pode ser na Universidade ou em outros locais que eles escolham de pertencimento.” (relato da docente **C**).

“Sim. Dentro do Departamento e em uma situação como vice-diretora. Temos que lutar muito e nos fazer presente. Sofre-se muito pois a discriminação é velada.” (relato da docente **D**).

“Várias, constantemente. Luta e resistência é a síntese. As quais envolvem sofrimento, mágoas, decepções, revoltas mas também sororidade ???, solidariedade e persistência. Com a ampliação do ingresso, resistência, apoio e mobilização aumentaram.” (relato da docente **E**).

Quanto à *trajetória educacional: rede pública ou privada*, das cinco docentes, apenas a docente **E** teve a trajetória educacional cursada na rede privada, a família arcou com as mensalidades do fundamental ao ensino médio.

Cabe constatar que o pertencimento majoritariamente à rede pública, certamente, é mais um dos indicadores da baixa condição econômica das famílias, o que é mais um dos fatores que evidenciam a mobilidade socioeconômica das docentes que compõem o universo desta pesquisa.

Na categoria maternagem, das cinco docentes, apenas a docente **B** tem dois filhos, as demais têm filhos, porém, apenas um.

Em relação ao estado civil, as seguintes

informações foram disponibilizadas nos questionários: a docente **A** é divorciada, a docente **B** é casada, a **C** também é casada, e as docentes **D** e **E** são solteiras. Sabendo-se que duas das participantes da pesquisa são solteiras e todas são mães, entre as mesmas incluem-se mulheres chefes de família sem cônjuge, universo este no qual predominam mulheres negras.

No que se refere ao *intervalo no percurso acadêmico entre o mestrado e o doutorado*, as professoras **A** e **B** não tiveram intervalo, a professora **C**, teve intervalo, mas não especificou o motivo, a professora **D**, teve dez anos de intervalo, porém, não entrou em detalhes a respeito dos motivos, já a docente **E** teve intervalo de um ano.

Ao analisar a tabela anterior, é possível inferir, a partir do cálculo percentual da presença docente feminina negra, com base no quantitativo geral de docentes da UFF, que as Ciências Humanas acomodam a presença majoritária, com 31 docentes.

Ao acessarmos, por exemplo, dados referentes ao curso de medicina, constatamos a presença de 5 professoras negras, é de suma importância ater-se ao fato de que este quantitativo está alocado em um universo de 376 professores que compõem o corpo docente do curso de medicina da UFF. Deste modo, a presente pesquisa objetiva compreender e conhecer as nuances e os aspectos das trajetórias educacionais e profissionais das do-

centes autodeclaradas negras que, de acordo com os dados apresentados, representam uma composição minoritária no âmbito docente acadêmico da UFF.

No que se refere às categorias interseccionais que foram norteadoras para as análises dos dados desta pesquisa, os entrecruzamentos gênero, raça e classe, aliados aos dados aqui disponibilizados e discutidos, também viabilizaram a análise da presença de docentes negras nos cursos de graduação da UFF, assim como as lacunas das ausências de docentes que se autodeclaram negras em todos os 98 cursos.

Dentre os destaques: no curso de arquitetura, 21 professoras brancas e ausência de professoras negras, no curso de direito, 34 professoras brancas e novamente a ausência de docentes negras, nas engenharias, 203 docentes brancas e 12 docentes negras, no curso de medicina, 55 professoras brancas e 5 docentes negras e no curso de medicina veterinária, 43 docentes brancas e 2 docentes negras.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, o escopo compreendeu a busca pelas trajetórias acadêmicas das docentes autodeclaradas negras, a partir da investigação da presença destas nos cursos de graduação da Universidade Federal Fluminense, por áreas de conhe-

cimento, com base na classificação dos cursos pelo CNPQ. O presente estudo pautou-se também no mapeamento das trajetórias acadêmicas das docentes negras dos diferentes cursos, ao utilizar como ferramenta o confronto das suas presenças nas mais diversas áreas.

Para além das narrativas pautadas no contexto da realidade social brasileira, narrativas subalternizantes direcionadas à mulher negra, o propósito de apresentar uma pesquisa tendo como escopo as trajetórias acadêmicas de mulheres negras docentes universitárias e doutoras é também oriundo da realidade constatada pelos dados estatísticos apresentados nesta tese, o que enuncia, ainda, a complexidade no que tange à mobilidade intelectual do segmento feminino negro ao nível de formação *stricto sensu*.

Foi possível, nesta pesquisa, constatar a influência das categorias sociais de raça, classe e gênero nas trajetórias pesquisadas, assim como a interferência de cada uma destas categorias atuando não de modo individual, mas operando em conjunto com as demais, ou seja, interseccionadas. O conceito de interseccionalidade viabilizou a confrontação entre teoria e prática, ou seja, o encontro entre os marcadores sociais e as trajetórias acadêmicas das docentes.

Os confrontos, orientados pela teoria interseccional, permitiram observar as especificidades presentes nas trajetórias acadêmicas de cada

docente, o que caracteriza o campo teórico interseccional, que propõe o movimento de não compartimentalizar e muito menos isolar categorias sociais, apesar de compreender que algumas podem vir a atuar de modo mais incisivo que outras, embora estas atuações não excluam as demais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei 13. 709 de 14 de agosto de 2018. Art 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). Branquitude - o lado oculto do discurso sobre o negro. In: **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 147-162.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 493.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 7-17, Jan/Jun. 2017. ISSN: 2317-4919.

COLLINS, Patricia Hill. Intersections of race, class, gender, and nation: some implications for black family studies. **Journal of Comparative Family Studies**, v. 29, n. 1, p. 27-34, 1998.

COLLINS, Patricia Hill. Learning from the Outsider Within: the Sociological Significance of Black Feminist Thought. **Social Problems**, v. 33, n. 6, p. 14-32, oct./dec. 1986.

DISCOVERY Channel A origem do homem. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w8Pp6KmlMu0>. Acesso em: 14 maio 2023.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Recife-PE: Global, 1933, p. 375.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, p.60. (Coleção 2 Pontos).

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais hoje**, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. 1. ed. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. 476 p.

HOFBAUER, Andreas. Raça, cultura e identidade e o “racismo à brasileira”. In: BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção (Org.). **De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil**. São Carlos-SP: EdUFSCar, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira – Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Niterói-RJ: EdUFF, 2004. p. 131.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Coleção Cultura Negra e Identidades, 2009. p.40.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida da Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

PENA, Sérgio Danilo J, BORTOLINI, Maria Cátira. Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas? Estudos. Av.vol 18 n.50 São Paulo Jan./Apr.2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000100004>. Acesso em: 14 maio 2023.

SALDANHA, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/4-em-cada-10-jovens-negros-nao-terminaram-o-ensino-medio.shtml>. Acesso em: 11 jan. 2020.

SEYFERTH, Giralda. **Raça, mestiçagem e nação no Brasil**. In. OLIVEIRA, Iolanda, PESSANHA, Márcia Maria de Jesus(orgs.) Educação e relações raciais.v. 1. Niterói: EdUFF, 2016. P. 21 – 64.s

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 88.